

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 6 - Estéticas, políticas e experiências coletivas nas bordas da metrópole

Título do trabalho:

As periferias digitais: mobilização para além da resistência

Marco Antonio Bin (FIAM-FAAM/ESPM)

Resumo

Com Viveiros (2006), o fazer antropologia nada mais é do que comparar antropologias, as operações intelectuais entre o antropólogo e um grupo social distinto, por exemplo, são comparáveis e no processo de comparação, revela-se o exercício da tradução na prática etnográfica, ao possibilitar que conceitos alheios subvertam os dispositivos conceituais do tradutor. Ou seja, no caso das periferias urbanas, a comunicação necessariamente não presume silenciar o outro, mas identificar a vontade própria de experiência dos jovens como sujeitos empíricos.

Ao recuperar os sentidos da segregação urbana que define a desigualdade social e econômica na região metropolitana de São Paulo, o texto propõe discutir a realidade das periferias sob o aspecto comunicacional e criativo delas mesmas, a partir da incorporação da tecnologia digital. Para além das transformações nos comportamentos cotidianos, as distintas plataformas de comunicação mobilizam a produção de conteúdo dos sujeitos de discurso, ao tempo que inscrevem na comunidade práticas culturais e demandas políticas em sintonia com os processos de consumo simbólico e material da contemporaneidade.

Palavras-chave: periferias; mobilização social; informação; redes digitais; São Paulo.

1) São Paulo, Crescimento e Segregação

Para avançarmos na discussão sobre cidadania e mobilização social na cidade de São Paulo, convém fazermos um retorno ao passado, lançando olhares sobre o período em que a cidade começa a delinear seus contornos de grande cidade, isso no início do século XX.

Vinte anos antes, por volta de 1880, não passava de uma pacata cidade com cerca de 50.000 habitantes. Seu posicionamento estratégico, como centro financeiro em razão da cultura do café, que se esparramava por todo o oeste do Estado, e próxima do porto de Santos, que oferecia a imediata exportação do produto, permitiu que a cidade crescesse de modo vertiginoso, e de uma pequena cidade com cerca de 30.000 habitantes em 1870, passou a mais de 230.000 em 1900 e a 579.000 habitantes em 1920. Todo esse crescimento foi impulsionado pela forte chegada de imigrantes europeus e para se ter uma ideia desta presença, na virada do século a população da cidade era constituída por cerca de 50% de estrangeiros. Esse contingente migratório maciço ocorreu em razão da política governamental que incentivou a importação de trabalhadores brancos europeus para substituir a mão de obra negra, em um procedimento que visava a um “branqueamento” da população brasileira¹.

Neste período, São Paulo era uma cidade concentrada e aproximadamente 80% das moradias eram alugadas (Caldeira, 2000). A elite que se origina da riqueza do café e do comércio dinâmico, logo buscará se afastar do ambiente de promiscuidade e doenças ao se deslocar para áreas mais afastadas, em exclusivos empreendimentos imobiliários como o bairro de Higienópolis, assim nomeado em clara alusão às suas melhores condições de higiene.

Na verdade, podemos apontar o período entre 1930 e 1980 como de desenvolvimento das periferias, em que se define um processo de segregação espacial centrífugo e de diferenciação da cidadania. De acordo com James Holston (2013, p.208), “tal padrão centrífugo de ocupação continuou em ritmo acelerado.

¹ De acordo com o prof. Kabengele Munanga, ao citar Nina Rodrigues, “a imigração estrangeira para o Brasil (diz respeito) ao projeto de hegemonia do Brasil branco em relação ao eventual Brasil negro e mestiço. (Nina Rodrigues) associa a estagnação, o atraso de certas áreas, à alta concentração de sua população negra e mestiça: o progresso, a modernização da área meridional do país (está associada) à predominância da população branca. (MUNANGA, 2009, p.31)

Durante o período de maior expansão territorial, entre 1960 e 1980, as desigualdades entre o centro e a periferia chegaram ao máximo”.

Para Flávio Villaça, o processo de segregação em São Paulo se dará em torno do que ele denomina por “quadrante sudoeste”, ou em outras palavras, a centralidade original da cidade, definida pelo sítio original na região da Sé, sofre um deslocamento espacial no sentido sudoeste, alcançando a região da avenida Paulista e mais recentemente a região da avenida Luís Berrini. Trata-se de uma expansão definida pelos interesses históricos da classe média e pelo capital imobiliário, proporcionando uma área de segregação que atrai os equipamentos urbanos e estabelecem uma dominação sobre o espaço intraurbano como um todo. Segundo Villaça (2001, p.329),

(...) Assim, a luta de classes pelo domínio das condições de deslocamento espacial consiste na força determinante da estruturação do espaço intraurbano. Nem sempre as burguesias procuram o ‘perto’ em termos de tempo e distância. Às vezes elas se afastam na busca de grandes lotes e ar puro, por exemplo, mas mesmo quando isso ocorre há limites para esse afastamento. Nesses casos, elas procuram trazer para perto de si seu comércio, seus serviços e o centro que reúne os equipamentos de comando da sociedade – e isso não por razões simbólicas ou de status, mas pela razão muito prática de que elas o frequentam intensamente e nele exercem muitos de seus empregos.

O padrão de urbanização se modifica, a cidade se dispersa, as classes sociais passam a viver longe uma das outras: os pobres migram para as periferias; a classe média e alta ocupa os bairros centrais, mais equipados, em um processo de segregação social que se acentua ao longo das cinco décadas seguintes. O sistema de transportes também se modifica, cada vez mais os bondes desaparecerão, o ônibus chegará a espaços mais distantes, muitas vezes vazios, para atender aos crescentes fluxos de trabalhadores pobres, e o automóvel circunscreve-se aos ricos.

A cidade se verticaliza com a exploração imobiliária e a partir dos anos 1960, a classe média passa a ocupar apartamentos recém construídos e financiados pelo SFH², aprofundando o padrão de segregação urbana. Nos anos 1970, para Teresa Caldeira (2000, p.228), temos o seguinte panorama urbano:

Os pobres viviam na periferia, em bairros precários e em casas autoconstruídas; as classes média e alta viviam em bairros bem equipados e centrais, uma porção significativa delas em prédios de apartamentos. O sonho da elite da Velha República³ fora realizado: a maioria era proprietária de casa própria e os pobres estavam fora do seu caminho.

² Sistema Financeiro de Habitação, órgão federal que financiava a aquisição da casa própria.

³ Trata-se do primeiro período republicano, que vai da proclamação da República, em 1889, até a Revolução conduzida por Getúlio Vargas, em 1930.

Os pobres, esquecidos e empurrados para as periferias cada vez mais distantes, se mobilizam com a abertura política (1979) para retomar as mobilizações por direitos civis e moradias, embora as dificuldades para o financiamento da casa própria persistam⁴. A autoconstrução torna-se dispendiosa ao longo dos anos 1980, e embora em ritmo menor que no período 1950-1970, ela prosseguirá, sobretudo nos extremos da cidade, onde o preço do lote de terra é mais barato e o controle público menos rigoroso (Kowarick, 2009). As dificuldades econômicas do período, que culminam com a grave crise financeira mundial de 1982 e a consequente declaração da moratória da dívida por parte do governo brasileiro, elevam o número de moradores das favelas na cidade e tal como a designação *periferias*, no plural, as favelas devem ser assim compreendidas, espaços diferenciados, múltiplos, ambientes com diferentes padrões sociais e distintos patamares de desigualdade, como diz Kowarick (2009, p.224-225):

As favelas e seus habitantes devem ser vistos no plural, pois não só são diferentes entre si, como, num mesmo aglomerado é frequente se encontrar padrões socioeconômicos e urbanísticos bastante diversos: elas constituem microcosmos que espelham os vários graus de desigualdade presentes nos estratos baixos de sedimentação da sociedade e, assim, não podem ser vistas como mundos à parte e excluídas da cidade em que estão inseridas.

Nos anos 1990 São Paulo é uma cidade mais complexa e fragmentada, mantendo a segregação, mas o modelo centro-periferia, marcado pelo distanciamento geográfico entre pobres e ricos, ainda que permaneça em seus contornos gerais, passa a ver o surgimento de empreendimentos imobiliários para as classes média e alta expandir para as áreas fronteiriças, avançando em espaços habitados por pessoas das classes menos favorecidas, criando espaços de moradia de luxo sob a designação de condomínios, ou, conforme Caldeira, *enclaves fortificados*.

Esse padrão urbano permanecerá ao longo das décadas seguintes, aprofundando a segregação urbana mesmo havendo a proximidade de classes em determinadas regiões urbanas. As novas oportunidades dos moradores mais pobres, de financiamento a baixo custo pelos bancos federais, não irão arrefecer a desconfiança e em muitos casos, o preconceito e a xenofobia⁵ por parte dos mais ricos.

⁴ Esta situação permanecerá até o Governo Lula (2003-2011), quando novas formas de crédito popular para a compra da casa própria estarão ao alcance das classes de baixa renda.

⁵ Preconceito e xenofobia são sentimentos muito comuns, encontrados nos bairros mais ricos, sempre em relação aos habitantes mais pobres, de origem nordestina. É importante lembrar que depois da chegada a São Paulo dos grandes contingentes migratórios europeus, no final do século XIX e

É com esse panorama, centrado no crescimento de São Paulo ao longo do século XX, a recuperar os sentidos de uma segregação urbana que marca a profunda desigualdade social e econômica paulistana, que proponho a discussão sobre o padrão urbano de hoje, a realidade das periferias do ponto de vista delas, em um momento de mudança de hábitos definida pela utilização da tecnologia digital, onde novas e antigas organizações populares, definidas em coletivos e movimentos sociais, incorporam em sua mobilização processos comunicacionais que projetam suas vozes para além da comunidade, consolidadas em páginas de compartilhamento e de relacionamento criadas nas redes digitais, ferramentas preciosas na reelaboração de identidades e na produção das narrativas. A seguir, veremos como o acesso à portabilidade digital multiplicou a mobilização sócio-cultural-política nas periferias, e como sugere o título deste artigo, estendendo-a para além da resistência posicional dos ideais.

2) As Periferias Digitais e suas articulações cidadãs

Há alguns anos, ao redigir um projeto acadêmico que pretendia justificar a instalação de polos culturais em uma área ocupada no interior de São Paulo. Desenvolvi uma abordagem em relação aos objetivos a serem desenvolvidos em duas comunidades carentes, Pinheirinho, assentamento com cerca de 2000 famílias, e o Campo dos Alemães. Tratava-se de uma população destituída de lazer e entretenimento, com mínima infraestrutura para uma vida social mais digna. Abandonada pelo poder público, desenvolvia-se em meio à mais completa precariedade, como fornecedora de mão-de-obra de baixa remuneração para a cidade de São José dos Campos⁶. Corrompida pela alienação dos meios hegemônicos de comunicação, amaciada em seus anseios mais vitais, as pessoas sobrevivem o dia a dia.

princípios do século XX, nos anos 1940 e 1950 se deu início a uma grande onda migratória originária do Nordeste brasileiro, então a região menos desenvolvida do país, criando uma reação preconceituosa e xenófoba, onde no campo linguístico notabilizou-se a designação pejorativa “*baianada*” (referente ao estado nordestino da Bahia) para qualquer ação malfeita.

⁶ Conforme o Wikipédia, “em 2010, o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,807, considerando-se assim como elevado em relação ao país, sendo o 12º maior do Estado”. Localizadas do outro lado da rodovia Dutra, o Pinheirinho e o Campo dos Alemães eram geograficamente segregadas da área urbana principal da cidade.

A proposta da implantação do polo cultural teve a aspiração de apoiar o desenvolvimento de práticas culturais que trouxessem o convívio comunitário como elemento de integração dos bairros precários, despertando seus moradores para atividades que os mobilizassem cultural e politicamente. E no caso, especificamente o trabalho com a construção poética, a interação pela palavra, ou como diria Paulo Freire, a ação da palavra em linguagem e pensamento no mundo em que se vive, ou seja, a palavração (Freire, 1979, p.49). A poesia com o poder de confraternizar, não de proporcionar o aprendizado bem como a consciência de se poder nomear o mundo, a partir da realização de saraus poéticos⁷.

As experiências de encontros culturais que conheci nas periferias paulistanas desenvolveram-se em bares, o espaço público por excelência (além dos templos religiosos) e a escolha do polo cultural no Pinheirinho ou no Campo dos Alemães poderia recair em uma escola pública, ampliando a força e o sentido simbólico deste espaço junto aos moradores. Para que a iniciativa dar resultados, seria importante convocar os artistas da *quebrada*⁸, dar-lhes a visibilidade e a responsabilidade da ação social em curso.

A poesia declamada, assim como o rap, era uma boa sugestão inicial, porque demanda apenas o rascunho de um poema e o desejo de proclamá-lo. Os versos não precisavam ser inicialmente autorais, se preparava um processo de educação com a palavra, escrituras livres, leituras, declamações. A poesia declamada poderia encontrar na escola o ambiente natural para se reproduzir, junto a outras práticas culturais, como grupos musicais, de teatro, de dança, encontros gastronômicos, festas tradicionais, atividades de cidadania que podem surgir no vácuo dos saraus, ou despontar de modo independente. A escola pública teria, assim, o papel de irradiar os valores culturais locais, disseminando entre os moradores a naturalidade do aprendizado, sempre produzindo jovens educadores que pudessem atuar na formação dentro das comunidades.

Embora tivesse o desejo de contribuir com a mobilização cultural dos assentamentos, prevaleceu a demora em desenvolver o processo juntamente com os moradores, retardando de modo definitivo a observação participante que levantasse, junto à comunidade, seus problemas e suas prioridades como aspectos decisivos para

⁷ Encontros de declamação literária.

⁸ *Quebrada*: maneira de como os moradores das periferias se referem à comunidade.

a elaboração de um projeto comum. Também não foi considerada a possibilidade então possível e realizável (2010) de desenvolver o projeto amparado na dinâmica das redes digitais. De algum modo, reproduzia a presunção derivada de uma antropologia já superada, onde o objeto a ser estudado estimulava o olhar e a análise hierarquizada, ainda que bem-intencionada. Uma antropologia cujo distanciamento cultural produzia uma etnografia que eliminava assim o desconforto do estranhamento, e assim, qualquer identificação com o grupo social estudado.

O ato revelador do olhar multicultural me alcançaria no verdadeiro convívio com os grupos em questão, que me absorvendo em sua realidade cotidiana, apresentaria todas as virtudes e deficiências nos relacionamentos humanos. Ou seja, a aplicação da avaliação de Laplantine (2012), de que somos uma cultura possível dentre tantas outras, mas não a única, o que possibilita refletir sobre as tensões e equívocos de uma visão social de mundo. Com Viveiros (2006), o fazer antropologia nada mais é do que comparar antropologias, as operações intelectuais entre o antropólogo e o nativo, por exemplo, são comparáveis e no processo de comparação, revela-se o exercício da *tradução* na prática etnográfica, que possibilita que conceitos alheios deformem e subvertam os dispositivos conceituais do tradutor. Considero importante essa contribuição conceitual pois a boa tradução, onde a interpretação resulta do comunicar pela diferença, assume um papel significativo na incorporação tecnológica na vida contemporânea. Ou seja, no caso das periferias urbanas, a comunicação necessariamente não presume silenciar o outro, mas torná-lo integrado pela participação interativa.

A democratização ao acesso da informação e do conhecimento, com base na cultura de convergência, ofereceu novos ambientes de relações e propiciou um fluxo comunicacional ilimitado. Despontou a integração com múltiplas redes, plataformas e funcionalidades, com uso de diversos aplicativos e de mídias móveis (uma das importantes características da internet 2.0), rompendo com o controle dos veículos oligopólicos de comunicação, cuja tradicional lógica discursiva se voltava para a construção verticalizada da linha editorial, impedindo o amplo contato com a realidade social.

A título de ilustração, com respeito ao acesso à internet e posse de telefone celular móvel para uso pessoal, de acordo com os dados disponíveis no PNAD 2013 para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 92,9% dos domicílios dispunham de acesso à telefonia móvel celular, sendo que 62,4% possuíam microcomputador

ligado à internet⁹. Ainda que os dados abarquem indistintamente territórios da RMSP com alta e baixa vulnerabilidade, é possível observar uma considerável presença da base de acesso digital. No caso dos jovens, as plataformas digitais e seus distintos aplicativos lhes “permite entender quem são, como se definem socialmente e como é e funciona a sociedade em que vivem” (Morduchowicz, 2012, p.23), e no caso do ativismo nas periferias, o protagonismo tecnológico se remete a uma interação social, com a promissora – e desejada – possibilidade de se romper com o círculo vicioso da informação oligopolizada, patronal. Também se rompe no processo a hegemonia do discurso, a hierarquia informacional substituída por uma comunicação horizontal, rica em suas experimentações, em suas conexões, onde a participação significa intervenção e cada vez mais livre, a partir dos espaços wi-fi e do acesso à portabilidade. As grandes estruturas corporativas midiáticas passaram a sofrer o assédio da escolha individual por outros canais de informação e conhecimento, e o mais importante, o cidadão das periferias¹⁰ deixou, a partir dessa escolha, de ser um receptor inerte para se tornar um agente ativo na produção de conteúdo. E o mais importante, a experiência midiática passa a ser coletiva e contínua.

Assim, o controle da informação e do conhecimento – e do entretenimento até muito recentemente restrito ao aparelho de televisão nas comunidades carentes – passou a dar lugar ao fluxo de informações compartilhadas, permanentemente atualizadas. O esforço deste texto é abordar, ainda que sem a profundidade devida, os diversos aspectos que configuram a força da comunicação digital junto às comunidades periféricas, e graças ao seu acesso universal, como um eficiente instrumento para a consolidação da organização social local.

Como foi dito, este texto propõe avançar as pesquisas realizadas em meu doutoramento, quando estudei grupos culturais que atuavam nas periferias, promovendo posição de identidade e resistência. Eram, na época, cerca de doze anos atrás, ações presenciais que incorporavam basicamente a escritura poética e a performance como articulações de seus desejos. Tudo ocorria presencialmente, de modo que aqueles 50, 100, às vezes 200 participantes, revelavam-se como verdadeiros arautos de vontades e esperanças das comunidades pobres.

⁹ www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/2555-pnad-tic-2013, p.24 e 25, acesso em 01.11.2016.

¹⁰ Destaco o cidadão da periferia, em especial o jovem morador das comunidades periféricas, por ser uma conquista relativamente recente, e também pelo tema deste artigo, que me leva a concentrar as análises ao universo de habitantes das periferias.

Hoje, sem prejuízo ao presencial, desponta a comunicação virtual digitalizada, que ao contrário do que se poderia pensar, não se dilui, mas aproxima todos estes jovens e *sonhadores* – termo preferível a *empreendedores* – que de seus lugares geográficos, não apenas convocam com apelo mais forte e abrangente para as práticas culturais os jovens das quebradas, mas igualmente conseguem lançar sua voz e se comunicar para além das fronteiras periféricas.

Está claro que estes benefícios digitais abrangem toda a sociedade sem distinção, mas para a população pobre das periferias urbanas, eles se tornaram uma poderosa conquista que reproduz não só identificação e resistência, mas o desfrute de uma gama imensa de ações, que vão das mais inusitadas inspirações para o imaginário individual, às mais complexas realizações de projetos coletivos. Numa palavra, nunca o indivíduo das periferias pobres pode almejar tão claramente em ser protagonista da construção da cidadania.

Trago, a seguir, breves descrições de ações de coletivos e movimentos sociais instalados nas periferias de São Paulo, que se exprimem para além dos horizontes da comunidade.

3) O Espaço das periferias: participação e integração

Se na primeira parte deste artigo se destacou, de modo breve, o processo histórico de crescimento e de segregação urbana da cidade de São Paulo, e na segunda parte, avaliou-se as perspectivas da informação e do conhecimento apoiados na cultura da convergência, nesta seção gostaria de apresentar alguns espaços digitais que expressam a atuação de coletivos ancorados nas periferias, cujo trabalho social promove a participação da quebrada não só nos termos de uma articulação de resistência e identidade como forma de visibilidade, mas também como um processo de ação mobilizadora, e desse modo constituir uma linguagem cultural e política. Desta maneira, são concebíveis práticas sociais e culturais que avançam na produção de narrativas locais em um mundo de narrativas hegemônicas, do deslocamento da centralidade do discurso padrão para os interesses alternativos dos cidadãos periféricos, como também para os interesses dos mais diversos grupos étnicos, de gêneros, por todos aqueles que não se sentem contemplados na narrativa hegemônica. A mobilização dos movimentos e coletivos periféricos proporciona a recepção de valores imateriais que transcende o lugar de produção, alcançando

outras partes da metrópole, do país, do mundo. Por outro lado, este artigo destaca esses valores como resultado das práticas sociais e culturais realizadas nas quebradas, nos territórios da precariedade, onde estão concentradas as carências de equipamentos públicos e privados, fora, portanto, do quadrante sudoeste descrito por Flávio Villaça. Como abordei em outro artigo,

Ainda que o entramado do espaço urbano seja percorrido por trajetórias que delineiam uma rede de circuitos sociais, persiste a estrutura física da cidade de muros, a exclusividade e o predomínio econômico de um setor associado à centralidade econômico-política denominado *quadrante sudoeste*. (Bin, 2015, p.109)

A seguir, no propósito de descrever e consolidar este argumento, destaco a mobilização de alguns coletivos cuja atuação se dá no espaço urbano periférico, voltado para os grupos sociais em que aí convivem e habitam.

a) **Mulheres de Luta** – Pretas Peri, Blogueiras Negras e Nós, Mulheres da Periferia

As redes digitais propiciaram o surgimento de diversos coletivos compostos exclusivamente por mulheres, voltados para questões que atravessam o cotidiano feminino. Elas se organizam e se mobilizam na abordagem de diversos temas, do direito ao aborto aos preconceitos étnicos, das práticas culturais às ações políticas. Assim temos o Geledés; Mulheres na Luta; Nós, Mulheres da Periferia, dentre outros. Em uma breve aproximação das suas mobilizações diversificadas, é possível identificar o objeto das intervenções sociais.

O coletivo Pretas Peri promove, dentre outras atividades, o sarau poético no último domingo de cada mês, no Itaim Paulista, zona leste de São Paulo. O sarau resulta em uma síntese do coletivo, “com microfone aberto para intervenções artísticas e como proposta a valorização e o fortalecimento da arte periférica”. Uma definição muito apropriada da ação do coletivo, expresso de modo didático em um *teaser* na página do facebook, por uma das integrantes: “é coragem assumir o cabelo que você quer, é coragem dizer que você é preto, é coragem fazer um projeto como esse que a gente faz das pretas peri sem verba nenhuma”. No sarau de setembro, aconteceu o Sarau Vozes Anticapitalistas, com a seguinte chamada política: “Venha expressar sua voz anticapitalista! Queremos ser milhares de vozes pela luta da periferia, dos trabalhadores, da juventude, dos negros e das mulheres!”

Em relação ao coletivo Blogueiras Negras, a atuação social valoriza o relato de histórias das mulheres negras e afrodescendentes, não apenas marcando presença com uma resistência posicional a partir de suas bandeiras, mas atuando na produção de conteúdo, divulgada nas redes digitais. Elas assim se definem em sua página do facebook:

Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com histórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria história e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas histórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual.

Nos casos apresentados, identifica-se a conjugação das práticas políticas e culturais, que de algum modo incorporam propostas educativas abertas para a sociedade. Ambos coletivos produzem seus conteúdos com base no suporte digital, o que expande as intervenções sociais para além das fronteiras do território em que atuam. Por exemplo, nos próximos dias 22 e 23 de outubro, ocorrerá em Pernambuco o “Encontrão Blogueiras Negras”, aberto para participantes, trazendo como tema o combate à violência contra mulheres.



A organização do coletivo Nós, Mulheres da Periferia ocorreu a partir de um artigo escrito por quatro das nove mulheres jornalistas que o integram, e que residem nas periferias de São Paulo. O artigo intitulado “Nós, Mulheres da Periferia”, obteve grande repercussão, “encontrou eco entre nossas iguais, outras jovens ou não tão jovens mulheres moradoras da periferia de São Paulo que finalmente se sentiram representadas, lembradas e retratadas”. A consolidação do projeto do coletivo se deu a partir de um conjunto de práticas políticas, visando principalmente,

- dar visibilidade aos direitos não atendidos das mulheres;

- problematizar os preconceitos e estereótipos limitadores que atravessam as questões de classe social, etnia e raça, muito presentes em razão da localização geográfica das residências das moradoras das bordas da cidade;

- contribuir para o empoderamento das mulheres moradoras da periferia de São Paulo, proporcionando a troca de conhecimento, de experiências e visibilidade sobre seus protagonismos, histórias e dilemas.

Em 2015, por intermédio do apoio do programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais, criado pela prefeitura de São Paulo) o coletivo realizou oficinas intituladas “Desconstruindo Estereótipos – eu, mulher da periferia na mídia” e que estiveram presentes em seis bairros das periferias (Perus, Campo Limpo, Guaianases, Jardim Romano, Jova Rural e Capão Redondo), ao longo de cinco meses. No total, as oficinas contaram com a presença de mais de 100 mulheres de 17 a 93 anos, e de acordo com o relato das entrevistadas,

Havia entre elas estudantes da rede pública (ensino regular ou EJA) e participantes de associações foram envolvidas no processo, em uma constante troca de conhecimentos e afetividade entre o coletivo e as mulheres. A dinâmica envolveu debates, exercícios, ensaios com máquinas fotográficas e telas de pintura. E, em um segundo ciclo do processo, nove destas mulheres foram entrevistadas individualmente, em vídeo, e de forma mais aprofundada. Os discursos, majoritariamente, refletem o desafio de enfrentar uma sociedade racista, machista e desigual, mas também a irreverência, força e os embates necessários para sobreviver neste ambiente.

As integrantes do coletivo destacam a importância das redes digitais como espaço para os debates e para a reflexão das suas propostas, com isso modificando o comportamento da mídia tradicional, que tomará “conhecimento de histórias e pautas que antes ignoravam, (...) ampliando o repertório sobre o que é ser mulher no século 21 no país”.

b) ***A força da poesia*** – Sarau da Cooperifa e Sarau do Grajaú

A Cooperifa me proporcionou a primeira experiência com a realidade das periferias, e de constatar o valor das relações comunais, sua força e sua importância justamente quando as vozes ainda se continham nas margens, sem direito a designar seus direitos, confinadas ao silêncio pela desigualdade atávica de nossa sociedade. Mas aos poucos, a Cooperifa passou a

expressar a realização de sonhos, a possibilidade de crescimento individual e o anseio em produzir uma identidade coletiva, pautada na escritura e na

declamação poética. A periferia torna-se (...) uma rede de reconhecimento, de pertencimento, de resistência. (Bin, 2009, p.111)

Uma das primeiras barreiras que o sarau da Cooperifa ultrapassou foi saltar os limites do bar do Zé Batidão¹¹ para chegar ao mundo, a partir do blog de seu poeta fundador e agitador cultural, Sérgio Vaz. Desse modo, os movimentos antes conhecidos apenas pela comunidade do Jardim Guarujá e dos integrantes do sarau, tornaram-se universais. Não era mais necessário aguardar as noites de quarta-feira para saber o que tinha ocorrido, e o que ocorreria em termos de atividades culturais durante o resto da semana. O blog não só criou um contato inédito com os jovens poetas de outras periferias, restritos às suas quebradas, como os integrou pela palavra e pela ação. O sarau em si ficou como um evento a ser desfrutado antes e depois, com as imagens revelando as cores e a intensidade de cada encontro. Mais do que isso, ele permitiu um contato contínuo, onde se revelavam novos encontros fomentados pela poesia. Assim, se soube quem esteve presente, quem declamou, quem chorou, quem sorriu, quais as novidades, das declamações poéticas ocorridas fora do Batidão, nas escolas públicas, nas estações de metrô, nas bibliotecas. Aos poucos, outras redes sociais foram substituindo o blog, e hoje os contatos se dão primordialmente nas páginas do Facebook.



Os signos que identificam a Cooperifa: crianças com o balão de ar e a pipa

O surgimento do sarau do Grajaú passou pelas mesmas etapas que definem o esforço pela constituição do espaço literário, o início em um local, mudança de local, o recomeço, a dedicação para mobilizar um público interessado. Segundo Daniel Brito, um dos integrantes do coletivo,

O Sarau do Grajaú busca dar voz às pessoas que residem na periferia, e também deseja mostrar que para consumirmos cultura, não precisamos nos

¹¹ A poesia declamada nas periferias só é possível graças aos bares, um dos raros espaços públicos disponíveis. No caso da Cooperifa, ela ocorre no bar do Zé Batidão; no do Grajaú, os encontros se dão no Bar do Haváí.

deslocar para as áreas centrais, pois, no bairro, residem diversas pessoas que fazem parte das mais variadas vertentes artísticas (artes cênicas, música, grafite, pintura, artes plásticas, poesia) e que podemos nos reunir para trocar ideias e construir a nossa própria história.

Os encontros presenciais promovem a troca de conhecimentos entre os participantes, um público predominantemente jovem, sempre no último sábado de cada mês, e a partir das redes digitais, há a divulgação dos eventos organizados e o registro fotográfico torna-se um aspecto importante, em toda a singeleza do gesto, pois “dessa forma, as pessoas que comparecem podem recordar, e as que não conhecem (o evento) podem ter uma ideia de como é o ambiente e, quem sabe, vir a conhecê-lo”.

c) ***Produção e geração de informação na quebrada*** – TV Doc Capão

Foi com a TV digital Doc Capão que tive a possibilidade de conhecer não só a agilidade da informação produzida nas periferias, como o poder e sofisticação de suas mensagens. Ali foi possível conhecer a TV ao lado da comunidade (o bairro do Capão Redondo, zona sul de São Paulo), as inúmeras ações comunitárias levada a cabo por diversas instâncias da quebrada, de jovens pesquisadores a professores de escolas públicas. As mensagens educativas, revelando a gente do lugar, o que fazem, como interagem, em programas-clipe como “Mostrando quem faz: a gente da comunidade”; “A gente da comunidade”, “Poste Parade” ou “Um minuto de reflexão”, sempre marcados por informação e seriedade, destacando um tema importante a se refletir. Em uma ação da TV Doc Capão mais recente, Johnny Barros, gestor cultural da Fábrica de Cultura do Capão Redondo realizou uma palestra em tempo real, no 1. Encontro Inquietações _SP, experimentando a grata sensação de falar pela internet para as periferias e para o mundo. Sua intervenção centrou no que definiu como a queda de paradigma de consumo de cultura nas periferias. Para ele, graças aos saraus poéticos nos anos 2000, começando com a Cooperifa e hoje espalhados pelos territórios de comunidades precárias da metrópole, as periferias passaram a produzir, e não apenas a se contentar em consumir a cultura que vem “do outro lado da ponte”. Segundo Johnny, as realizações culturais mostram jovens que não estão apenas nos saraus, mas também produzindo no teatro, no cinema, “só a gente misturando pra ver o que vai dar”, sugerindo a importância de se atravessar ponte e cruzar o rio da segregação. Foi a divulgação de uma dentre tantas iniciativas que se desenvolvem

atualmente nas periferias, abrindo a possibilidade do protagonismo juvenil a partir de temas construtivos que envolvem a participação social.



d) **A organização política** – Rede de Comunidades do Extremo Sul de SP e MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas)¹²

O que me faz eleger, dentre tantas opções, a página de uma entidade das periferias vinculada à ação política, mas que encerrou suas atividades? Que fique bem explícito, encerraram-se as atividades em uma página individual, para juntar forças em com outros coletivos de luta em outro endereço virtual. Não obstante, a luta presencial prossegue lavrada cotidianamente, nas mesmas propostas de ação participativa. Este sítio¹³ atualizava as mobilizações sociais de um assentamento que se transformou em bairro, o Jardim da União, e não só com palavras, mas com a produção de vídeos instrutivos da sua organização social. Assim, o coletivo construiu uma linguagem objetiva que coordenava o esforço de cada um na dura luta de cada dia. São de extrema sensibilidade os vídeos produzidos, em especial o que trata do trabalho de reciclagem¹⁴ e há também o que mostra a resistência da ocupação¹⁵, não por acaso, os dois últimos do coletivo. Trata-se de um caso exemplar de uma comunidade constituída na ocupação da terra, ainda não reconhecida legalmente, que constrói um discurso para transmitir, internamente e para o mundo, suas formas resistência civil. A criação de uma linguagem dialógica expõe a densidade de um drama agrário muito comum em nosso país, promovendo os desígnios de uma luta que não esmorece.

¹² Não confundir com o famigerado movimento de inspiração fascista MBL, Movimento Brasil Livre.

¹³ <https://redeextremosul.wordpress.com/> acesso em 20.06.2016.

¹⁴ <https://vimeo.com/125173409/> acesso em 20.06.2016.

¹⁵ <https://vimeo.com/125054408/> acesso em 20.06.2016.

Abaixo, a declaração final do sítio digital, uma exortação à luta, à participação da comunidade com ousadia e esperança:

Jardim da União resiste

O curto período em que foi suspenso o processo de reintegração de posse contra a ocupação do Jardim da União será marcado por muitas lutas e muitos esforços no sentido de combater a ameaça contra essa comunidade, que foi construída com tanta dedicação, com tanto companheirismo, OUSADIA e esperança.

É com esse espírito que pedimos apoio à nossa Campanha “Jardim da União Resiste”, para tornarmos conhecida a caminhada de seus tantos guerreiros e guerreiras, e para juntarmos força contra a violência do Estado.

Dentro dessa campanha, produziremos diversos vídeos que retratam diferentes dimensões dessa luta e da situação atual da ocupação. Pedimos a todos que se solidarizam com a Ocupação Jardim da União a nos ajudarem a difundir o vídeo abaixo e os outros materiais que iremos divulgar nas próximas semanas.

TODO PODER AO POVO!

Já o MLB, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, se organiza desde 1999, a princípio em Pernambuco e Minas Gerais, e logo se expande para outros 13 Estados do país, promovendo seu papel social de ampliar o debate sobre a falta de moradias no país. Segundo o depoimento obtido por mim junto ao movimento, a ideia de sua formação “foi resultado da necessidade de organizar lideranças comunitárias até então dispersas num movimento que enfrentasse o fisiologismo existente no movimento comunitário e de bairro”.

O MLB tem como foco principal “a luta por moradia, o motor principal da luta pela reforma urbana, pois através dela conseguimos mobilizar milhares de pessoas, pressionar os governos e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades”. O movimento não está apenas organizado nas capitais dos Estados em que atua, mas também em cidades de médio porte, como Mossoró (RN), Bayeux e Patos (PB), Jaboatão, Olinda e Caruaru (PE), Feira de Santana (BA), Nova Lima (MG), Diadema e São Bernardo (SP) e Duque de Caxias (RJ). Suas páginas nas redes digitais¹⁶ divulgam o cronograma de ocupações, as propostas de reforma urbana, a atuação em rede com outros coletivos e movimentos, como o Povo sem Medo, dentre outras informações. Segundo o depoimento recebido por email, o papel desempenhado pelas redes digitais é relevante para a divulgação sobre a luta

¹⁶ O site <http://www.mlbrasil.org/>, acesso em 01.11.2016, além da página no facebook.

do movimento, e também para ampliar a rede de ativistas, já que “muitas pessoas que hoje se organizam no MLB fizeram o primeiro contato conosco por meio dessas redes”.

No breve informe sobre a última ocupação, realizada em outubro na cidade de Natal, se encontram disponíveis os registros fotográficos e um breve texto explicativo, a relatar que “cerca de 120 famílias ocuparam um terreno do Governo do Estado há 30 anos abandonado, sem cumprir qualquer função social”. A ocupação foi batizada de Virgílio Gomes da Silva, em homenagem ao militante comunista potiguar preso, torturado e assassinado pela Ditadura Militar.

Também é possível o acesso da Rádio Popular, onde em matéria gravada pode-se ouvir os depoimentos pessoais de coordenadoras mulheres do movimento, que com a graça de sua militância, constroem e organizam o processo de ocupação urbana em diversas cidades no país.



4) Elementos para uma conclusão

O exercício da democracia ganha o espaço digital, ao oferecer o acesso ilimitado da comunicação. A tevê pública ganha o acesso nas telas dos netbooks ou dos ipods; a rádio comunitária se reproduz nos tablets, levando a voz do cidadão que até há bem pouco era invisível. A ação política de um movimento social ou a atividade cultural de um coletivo informam e podem ser acompanhados nos sites desses grupos; fotos e vídeos podem ser capturados e compartilhados nas distintas redes, como youtube, facebook, instagram; as convocatórias para eventos coletivos são acionadas por aplicativos de simples manejo como o whatsapp. Com todas essas inovações tecnológicas, bem como seu acesso massivo, limitaram o alcance ideológico dos

meios tradicionais de comunicação; a produção vertical e hierarquizada da informação perde sua força.

A participação social nas mídias digitais propicia novas possibilidades à produção de informação, conhecimento e entretenimento. Em cada uma delas, o cidadão engaja-se como protagonista no processo, com a liberdade de criação de novos conteúdos, seja individual ou coletivamente. Mais atento para este último caso, considerando os movimentos sociais e os novos coletivos culturais organizados nas periferias urbanas de São Paulo, surgiu a proposta deste artigo, calcada no desejo de um breve acompanhamento dessas mobilizações digitais, que até há pouco tempo se restringiam aos limites de suas “quebradas”. Para o jornalista Luis Nassif (Portal Luis Nassif), as mudanças são decisivas: *“no centro da formação do sistema de opinião, haverá outros agentes, que começam a crescer cada vez mais: blogs, grandes portais de empresas de telecomunicações, novos projetos de jornal online que deverão nascer nos próximos anos”*¹⁷.

O tradicional conceito de comunidade, definidas pela vontade natural, pelo espírito gregário, ganha novas roupagens ao imaginarmos as teias colaborativas tecidas no ciberespaço, estendendo os limites da comunicação. É poderosamente instigante uma proposta como a do coletivo Nós, Mulheres da Periferia, propõe tornar “as histórias e falas dessas mulheres (periféricas) ainda mais acessíveis e valorizadas”, ao abordá-las e discuti-las com as outras mulheres do mundo, ou a quem queira se interessar. O debate não se prende apenas ao universo das mulheres conhecidas, mas inclui aquelas a serem conhecidas, tomadas pelos mesmos dilemas, pelas mesmas preocupações, pelos mesmos desejos. E esse é apenas um dos exemplos possíveis.

Novos atores são continuamente convocados a participar, e se não for para a festa dos amigos, para a luta política sobre os desígnios do país. Também neste caso as periferias digitais mostram-se atuantes, cujos coletivos não faltam ao entusiasmo das manifestações pela preservação do estado democrático de direito, ainda que as mobilizações ocorram nos territórios mais privilegiados das cidades, ensejando uma luta que posterga os direitos seculares não incorporados.

Com as alternativas múltiplas de participação e interação social, proporcionadas pelas redes constituídas pelas mídias digitais, o cidadão das periferias

¹⁷ <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-nova-estrutura-do-jornalismo>, acesso em 01.11.2016.

passa a dispor dos instrumentos para fazer ouvir sua voz tão ausente, mas também tão penetrada por desejos e questionamentos. Já não precisa abandonar o território da precariedade para se colocar cada vez mais como protagonista e não como mero figurante, caminho indispensável para se pensar uma realidade social mais justa e participativa.

5) Referências Bibliográficas

BIN, Marco Antonio. **As redes de escrituras das periferias: a palavra como manifestação de cidadania**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUCSP, 2009.

_____. Espaço urbano, performance e memória: a poética do corpo na poesia marginal e na cena cosplay. In: NUNES, Mônica Rebecca F. (org.), **Cena Cosplay – Comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2015, p.77-111.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente – disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da Conexão**. São Paulo: Editora Aleph, 2015.

KOWARICK, Lucio. **Viver em Risco – sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2009.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

MORDUCHOWICZ, Roxana. **Los adolescentes y las redes sociales – la construcción de la identidade juvenil em Internet**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues. In: ALMEIDA, Adroaldo; SANTOS, Lyndon; FERRETTI, Sergio. **Religião, Raça e Identidade**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2009, p. 15-35.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Estúdio Nobel/FAPESP, 2001.

VIVEIROS, Eduardo. Equívocos da Identidade. In: GONDAR, Jo; DODEBEI, Vera. **O que é Memória Social?**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p.145-160.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.